

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.569 - SC (2015/0194537-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : WALTER UTPADEL
ADVOGADO : MÁRCIO TIMOTHEO LENZI - SC009981

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. REEXAME PARA JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 543-C, § 7º, II, DO CPC). RESTABELECIMENTO E CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-SUPLEMENTAR CONCEDIDO EM 1986 COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO OUTORGADA EM 1988. POSSIBILIDADE. BENEFÍCIOS ANTERIORES À VEDAÇÃO LEGAL INTRODUZIDA PELA LEI N. 9.528/97. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RETRATAÇÃO POSITIVA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

A acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991, promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória 1.596-14/1997, que posteriormente foi convertida na Lei 9.528/1997. [...] (REsp n. 1.296.673/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 03.09.2012).

A Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do Recurso Especial Repetitivo n. 1.296.673/MG, sob a relatoria do Min. Herman Benjamin, decidiu pela necessidade de que, para que houvesse a cumulação de benefícios, tanto a lesão incapacitante do auxílio-suplementar quanto o início da aposentadoria deveriam ser anteriores à Lei n. 9.528/97. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.075083-4, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 06-05-2014).

PAGAMENTO DAS PARCELAS ATRASADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DO IGP-DI ATÉ JULHO DE 2006 E DO INPC A PARTIR DE AGOSTO. JUROS DE MORA DE 1%

Superior Tribunal de Justiça

AO MÊS, A CONTAR DA CITAÇÃO ATÉ 30.06.2009. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97, COM A REDAÇÃO DA LEI N. 11.960/09.

CUSTAS PELA METADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% SOBRE O VALOR DAS PARCELAS VENCIDAS ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE DECISUM (verbete 111 - STJ)" (fl. 279e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA E RESTABELECEU O BENEFÍCIO AUXÍLIO-SUPLEMENTAR, POSSIBILITANDO A CUMULAÇÃO COM A APOSENTADORIA. BENEFÍCIOS ANTERIORES À LEI N. 9.528/97. DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO. INOCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. OMISSÃO ALEGADA PELO INSS. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS. QUESTÃO DEVIDAMENTE EXPLICITADA. EVIDENTE TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. OMISSÃO ARGUIDA PELO AUTOR. INEXISTÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS JÁ DETERMINADAS AO INSS. PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CPC INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. RECURSOS IMPROVIDOS.

Observa-se do conteúdo inserto no art. 103, da Lei n. 8.213/91, com redação dada pelas Leis ns. 9.528/97, 9.711/98 e 10.839/04, que a decadência disciplinada pela norma legal é referente ao direito de revisar o ato de concessão do benefício, o que difere da situação dos autos, porquanto o autor pretende a concessão ou restabelecimento de benefício previdenciário em função do infortúnio laboral. (TJSC, Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2013.039451-2, de São Carlos, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 12-08-2014).

Mesmo para efeito de prequestionamento, a oposição de embargos de declaração pressupõe a existência de obscuridade, contradição ou omissão, não sendo o meio legal para reanalisar as questões decididas e o acerto do julgado" (fl. 313e).

Sustenta o recorrente, no Recurso Especial, violação aos arts. 103 da Lei 8.213/91 e 269, IV, do CPC/73. Argumenta, em síntese:

Superior Tribunal de Justiça

"O Recorrido usufruiu do benefício de auxílio-doença acidentário de 08/12/1986 a 25/08/1987.

O acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina afastou a decadência do direito ao benefício da parte autora, a despeito da sua data de concessão (Data de Início do Benefício), remontar a período anterior à Medida Provisória nº 1.523-9/97, haja vista tratar-se de restabelecimento e não revisão de benefício.

O INSS embargou de declaração a r. decisão, alegando a decadência do direito, conforme estabeleceu a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais na SÚMULA 64:

(...)

Como exposto nos embargos de declaração e nas decisões citadas naquele recurso, o prazo de decadência é aplicável tanto para o ato de concessão como de revisão de benefício.

A MP 1.523-9, de 27.06.1997, inovou ao alterar o art. 103 da Lei 8.213/91 para instituir o prazo decadencial de dez anos para todo e, qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão do benefício, a contar, do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Assim, para todos os benefícios cuja negativa de concessão antecedeu a publicação da medida provisória, o prazo de dez anos começou a fluir de 01.08.1997.

(...)

Nesse sentido, a parte Recorrida teria até 10 (dez) anos da edição da MP nº 1.523/97 para pleitear a concessão do seu benefício de auxílio-suplementar, mas como o recorrido permaneceu inerte por um longo lapso temporal, seu direito pereceu! Nem se diga que o instituto da decadência não seria aplicado ao caso sob comento. Negar isso seria subverter a ordem jurídica vigente.

Com efeito, de acordo com as recentes decisões deste Superior Tribunal de Justiça, o instituto de decadência é aplicável não só para os casos de revisão de benefício; mas também para o segurado pleitear a concessão de benefício) senão vejamos a decisão:

(...)

Desta forma, diante todo o exposto, tendo em vista que o recorrido ajuizou a presente demanda mais de 10 anos após a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.523-9/97, operou-se a decadência do direito a obtenção do benefício decorrente do auxílio-doença cessado em 1987.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, deve ser reformada a decisão recorrida, extinguindo-se o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 103 da lei 8213/91, c/c Art. 269, IV, do CPC" (fls. 324/327e).

Por fim, "requer seja conhecido e dado provimento ao mesmo, reformando-se a decisão recorrida para que seja reconhecida a decadência da revisão, sendo extinto o processo na forma do art. 269, IV, do CPC" (fl. 327e).

Sem apresentação de contrarrazões, o recurso foi admitido, na origem.

A irresignação não merece acolhimento.

Ao julgar os Embargos de Declaração, em que enfrentada a tese de decadência arguida pela Autarquia, o acórdão recorrido do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim se manifestou:

"Prestigiando a lição anterior e em homenagem à brevidade, consigne-se que, apesar da decadência não ter sido invocada ou discutida em nenhuma fase anterior do processo, por tratar-se de matéria de ordem pública pode ser reconhecida inclusive de ofício, conforme bem assinalou a autarquia.

Esta, todavia, não é à hipótese dos autos.

Isto porque, pacífico o entendimento desta e da Superior Corte de Justiça de que, a decadência prevista no art. 103 da Lei n. 8.213/91 é aplicável somente aos casos de revisão de benefício, e não às demandas que tratem de concessão ou restabelecimento. Para que não restem dúvidas, traz-se à lume os seguintes recentes julgados deste E. Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça respectivamente (...)"

O aresto estadual está em sintonia com o entendimento desta Corte, sedimentado em sede de Recurso Especial representativo de controvérsia, de que não incide a decadência sobre o pedido de concessão de benefício previdenciário, mas somente quanto ao requerimento de revisão. Nesse sentido:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DIREITO A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão de auxílio-acidente.

II - A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais n. 1.309.529/PR e n. 1.326.114/SC, submetidos ao

Superior Tribunal de Justiça

rito do recurso especial repetitivo sob o Tema n. 544, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, fixou a seguinte tese: 'O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo *a quo* a contar da sua vigência (28.6.1997)'.

III - No caso dos autos, o Tribunal de origem, em conformidade com o entendimento jurisprudencial do STJ, afastou o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991, por não se tratar de pedido de revisão do auxílio-doença, e sim de concessão de novo benefício previdenciário, auxílio-acidente.

IV - Recurso especial improvido" (STJ, AREsp 1.346.454/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora